

Para além dos retratos comuns sobre a condição de refúgio e de migração: narrativas de mulheres palestinas sobre seu protagonismo no Brasil

Beyond the common traits on the condition of refuge and migration: narratives of Palestinian women about their activism in Brazil

Más allá de los retratos comunes sobre la condición de refugio y migración: narrativas de mujeres palestinas sobre su activismo en Brasil

Ashjan Sadique Adi¹
Muna Muhammad Odeh²
Fátima Ahmad Ali³
Maysar Hassan Ali El Haya⁴
Faysa Daoud⁵

RESUMO: Este artigo versa a respeito de processos de superação das situações de refúgio e migração. Partimos da constatação de que ambas as situações são caracterizadas, em geral, pela vulnerabilidade, haja visto a exposição das pessoas envolvidas a situações limites de sobrevivência. Porém, demonstrando um lado menos conhecido deste contexto, pretendemos dar visibilidade e voz a exemplos de superação e de protagonismo feminino árabe-palestino destas situações, através dos relatos de experiências de duas mulheres de origem palestina, que se refugiaram no Brasil e atualmente auxiliam refugiados/as que aqui chegam. Como metodologia utilizamos pesquisa bibliográfica e entrevistas estruturadas, cujas narrativas iremos interpretar com base nos depoimentos. Os relatos corroboram a necessidade de um olhar longitudinal sobre as implicações

1 Doutoranda em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestra em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Membro do GRACIAS – Grupo de Antropologia em Contextos Islâmicos e Árabes.

2 Professora Adjunta do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília.

3 Enfermeira da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, Especialista em Saúde Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

4 Presidenta das Mulheres Palestinas em Ação do Rio Grande do Sul (RS) e coordenadora do Fórum Permanente da Mobilidade Humana de Porto Alegre.

5 Presidenta da ONG Refúgio Brasil.

dos processos de migração e de refúgio onde se manifesta a capacidade de resiliência e superação de mulheres que vivenciaram tais processos e a despeito de seu estado de vulnerabilidade, apontam que os/as principais apoiadores/as das ações são pessoas e entidades civis, haja vista o atual descaso do poder público para com estes projetos.

Palavras-chave: Refúgio; Migração; Protagonismo; Mulheres Árabes-Palestinas.

ABSTRACT: This article deals with processes of overcoming refuge and migration situations. We start from the observation that both situations are characterized, in general, by vulnerability, having seen the exposure of the people involved to situations of survival limits. However, by demonstrating a lesser known side of this context, we intend to give visibility and voice to examples of overcoming and female Arab-Palestinian protagonist of these situations, through the reports of experiences of two women of Palestinian origin, who took refuge in Brazil and currently assist refugees. / the ones that arrive here. As methodology we use bibliographic research and structured interviews, whose narratives we will interpret based on the statements. The reports corroborate the need for a longitudinal look at the implications of migration and refuge processes in which the resilience and overcoming capacity of women who have experienced such processes is manifested and despite their state of vulnerability, point out that the main supporters the actions are people and civil entities, given the current disregard of the public power towards these projects.

Keywords: Refuge; Migration; Protagonism; Arab-Palestinian Women.

RESUMEN: Este artículo trata sobre los procesos de superación de situaciones de refugio y migración. Partimos de la observación de que ambas situaciones se caracterizan, en general, por la vulnerabilidad, habiendo visto la exposición de las personas involucradas a situaciones límite de supervivencia. Sin embargo, demostrando un lado menos conocido de este contexto, pretendemos dar visibilidad y voz a ejemplos de superación y protagonismo femenino árabe-palestino de estas situaciones, a través de los relatos de las experiencias de dos mujeres de origen palestino, refugiadas en Brasil. y actualmente asisten a los refugiados / aquellos que llegan aquí. Como metodología utilizamos la investigación bibliográfica y las entrevistas estructuradas, cuyas narrativas interpretaremos en base a los testimonios. Los informes confirman la necesidad de una mirada longitudinal a las implicaciones de los procesos de migración y refugio donde se muestra la capacidad de resiliencia y superación de las mujeres que vivieron dichos procesos y a pesar de su estado de vulnerabilidad, señalan que los principales apoyadores de las acciones son personas y entidades civiles, dado el desconocimiento actual de los poderes públicos por estos proyectos.

Palabras clave: Refugio; Migración; Protagonismo; Mujeres Árabe-Palestinas.

INTRODUÇÃO

As condições de migração e de refúgio têm sido caracterizadas pela vulnerabilidade, nominalmente, devido à exposição das pessoas envolvidas a situações limites, quer seja em termos de necessidades básicas de sobrevivência física (moradia e abrigo), fisiológica (alimentação e saúde

física), mental (cuidados emocionais). Ademais, a vulnerabilidade evidencia a existência de um paradoxo sobre necessidades básicas e fisiológicas, pois a vida não se resume a essas necessidades unicamente, deve-se considerar a interação com o contexto sociocultural e os significados individuais ao processo de viver. Seguindo essa lógica, a preservação da dignidade da pessoa humana definida por Sarlet¹ como:

Essa construção tem definido uma tradição de estudos, pesquisas e levantamentos de grande relevância para a compreensão das repercussões do deslocamento de indivíduos e grupos em busca de estratégias de sobrevivência para si, mas igualmente em prol das gerações futuras, denotando uma aposta para além da esfera imediata de resolver uma crise pessoal, mas que tem como origem conflitos políticos e religiosos, assim como projetos neocolonialistas, a exemplo da ocupação militar dos territórios palestinos.

Tratando-se de uma aposta que abarca toda uma existência ou existências, argumentamos aqui que a imigração especificamente nem sempre representa uma ação espontânea desprovida de planejamento, análise ou ponderação e, pelo contrário, na maioria das vezes é feita de forma coletiva, considerando a família extensa ou redes sociais nas localidades de origem que disponibilizam recursos para o primeiro passo rumo ao deslocamento de sua terra natal.

Segundo dados do relatório de 2019 do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), denominado Tendências Globais (*Global Trends*), há um número atual de 70,8 milhões de pessoas forçadas a se deslocar no mundo. Do total dessas pessoas, 25,9 milhões haviam cruzado fronteiras, tornando-se refugiados, sendo metade destes/as menores de 18 anos. Segundo o relatório, esse número dobrou em 20 anos; é 2,3 milhões maior que o ano anterior (mais de 73 milhões) e corresponde à população semelhante à de países como Tailândia e Turquia. Nesse trágico contexto, os números revelam que, a cada minuto, 25 pessoas são deslocadas a força de suas terras e casas em decorrência de conflitos, guerras ou perseguições².

Do total de refugiados/as, pouco mais de um quinto é de palestinos/as sob os cuidados da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA), correspondendo a 5,5 milhões de pessoas. Entre o restante, que está sob o mandato do ACNUR, dois terços vêm de apenas cinco países: Síria, Afeganistão, Sudão do Sul, Mianmar e Somália. O fim do conflito em qualquer uma dessas nações tem o potencial de influenciar significativamente o quadro mais amplo de deslocamento global³.

Por outro lado, a despeito desse trágico contexto, segundo o ACNUR, Filippo Grandi, testemunhou-se também uma imensa onda de generosidade e solidariedade, vinda especialmente das comunidades que acolhem refugiados. Assim como constatou-se um engajamento sem precedentes de novos atores, como agências de desenvolvimento, empresas privadas e indivíduos – que não somente refletem, mas também exemplificam o espírito do Pacto Global sobre Refugiados².

De acordo com Fortunato⁴, o próprio fenômeno migratório, em sua complexidade atual devido à diversidade de atores/as envolvidos/as e às novas formas de comunicação e produção no cenário internacional, trouxe novas perspectivas e novas abordagens ao tema. Assuntos elementares, como a diferença entre os conceitos “refúgio” e “imigração”, passaram a ser novamente debatidas, tanto na academia quanto nas agências governamentais.

Conforme a autora, considerando a mencionada complexidade do recente fenômeno migratório, para enquadrar o sujeito ao instituto do refúgio não é suficiente focar o olhar sobre o indivíduo, mas para todo o cenário global que o/a levou a migrar em situação de emergência. Sendo assim, as crises humanitárias, a repressão e a violação de direitos em determinado território forçam o deslocamento das pessoas, originando a condição de refúgio nos termos da legislação brasileira e conforme o direito internacional. O artigo 1º do Estatuto dos Refugiados conceitua o refugiado da seguinte forma:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que: I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país⁵.

Por conseguinte, qualquer indivíduo que desejasse entrar no Brasil, seria enquadrado de acordo com as suas pretensões de entrada, além do cumprimento das condições legais. Sendo assim, a definição de refugiado/a prevista no Estatuto dos Refugiados serviu não somente para aperfeiçoar o instituto, mas também para diferenciar os fluxos migratórios em função dos motivos de deslocamento. Ademais, consoante Fortunato⁴, imigrante é titular da decisão de migrar, de se deslocar do local onde se encontra para um outro por diversas razões, entre elas, melhorias das condições de trabalho, oportunidades financeiras, relacionamentos, entre outros. Enfim, segundo Carneiro⁶, os/as imigrantes conjecturam a possibilidade de viabilizar ou ampliar perspectivas de vida.

Demonstra-se claro que os motivos econômicos constituem o núcleo principal de motivação para migrar, razão pela qual é possível afirmar que o/a imigrante é um/a trabalhador/a ou pertence a um núcleo familiar em que existe um/a trabalhador/a. Não obstante as dificuldades enfrentadas pelo/a imigrante, tanto na partida do país de origem quanto na adaptação ao país receptor, a imigração ainda está condicionada à decisão do indivíduo, isto é, exige uma reflexão prévia e um planejamento financeiro e pessoal.

São precisamente os fatores como o poder de decisão, a reflexão e o planejamento prévio que diferenciam o/a imigrante do/a refugiado/a. Nesse sentido, os/a refugiados/as são, em linhas gerais, a “consequência humana” de graves crises que geram violações de direitos humanos. Nesse cenário,

a urgência da situação não permite que o/a refugiado/a planeje ou reflita sobre a sua partida; a decisão é tomada em decorrência de um fenômeno extremo e se reveste como fuga⁴.

Portanto, é o aspecto de emergência que fundamenta o instituto do refúgio, considerando o alto grau de vulnerabilidade do indivíduo, justificando a existência de estruturas normativas e institucionais diferenciadas para lidar com a situação e suas diferenças em comparação à imigração. Nesse sentido, afirma Carneiro⁶:

o refugiado encontra-se, frequentemente, em situação de vulnerabilidade e sua decisão de buscar refúgio em outro país é uma questão de sobrevivência e não um desejo de melhores condições de emprego, salário e qualificação. No entanto, precisamos considerar que, com muita frequência, por trás de uma decisão supostamente livre de emigrar, temos, de fato, uma situação de insustentável precariedade econômico-produtiva, o que pode motivar uma massiva fuga da miséria, e isso também implica em luta pela sobrevivência.

Logo, a liberdade de decisão, que eventualmente distingue o/a imigrante do/a refugiado/a, é passível de questionamento, haja vista que determinados cenários político-econômicos compõem situações tão precárias que forçam as pessoas a migrar por questões de sobrevivência, considerando a situação de miséria econômica. Embora a vulnerabilidade nessas situações e a ausência de planejamento prévio ao poder de decisão estejam presentes, esse sujeito imigrante não é enquadrado/a como refugiado/a.

A migração por si só, independentemente do motivo principal, já traz certa vulnerabilidade ao indivíduo que deve, ainda, lidar com outros desafios que intensificam esse estado, tais como: as adaptações culturais e linguísticas, a diminuição de direitos no país receptor, a necessidade de estabelecer uma nova relação com suas origens e a própria situação de fragilidade econômica. Desse modo, a condição de extrema vulnerabilidade não é reconhecida nos instrumentos jurídicos e, portanto, o/a imigrante econômico/a não é destinatário/a das mesmas garantias e proteções previstas aos/às refugiados/as.

Tratemos agora da Diáspora Palestina, haja vista o foco de nosso trabalho ser o protagonismo de mulheres ex-refugiadas com origem palestina. O povo palestino carrega na sua história o refúgio, a resistência e a constante busca pela autodeterminação. A diáspora palestina no Brasil gerou comunidades que se encontram de norte a sul do país e que aqui chegaram em diferentes momentos, antes mesmo da criação do Estado de Israel, que consiste no principal fator responsável pelo deslocamento de milhões de palestinos para diversos lugares do mundo.

A identidade cultural é um fator que permanece nos/as palestinos/as da diáspora. No Brasil, ao longo da sua história, foram organizando-se núcleos e entidades palestinas atuantes, em linhas gerais, na luta nacional palestina e que, com o passar do tempo, agregaram às suas agendas a defesa dos direitos humanos. Como exemplo, podemos citar a criação que da Federação Árabe-Palestina

do Brasil (FEPAL), em 1980, que passa a articular e prover os anseios das comunidades no Brasil⁷. Portanto, o relato de experiências de duas mulheres árabes-palestinas é o reflexo da articulação em prol da preservação dos traços culturais, políticos, identitários e, principalmente, da necessidade de promoção de solidariedade. Não existe resistência tão longa como a da Palestina e de seu povo, sem a empatia, a compreensão de vivências, o respeito à diversidade. A própria FEPAL, ao longo da sua história, colaborou com o trabalho de acolhimento de refugiados/as e desenvolveu atividades de solidariedade em todo território nacional.

Como exemplo, em 2007, a FEPAL, juntamente com o governo federal, a ACNUR e outras entidades nacionais, assumiram o protagonismo na proteção dos impactos do refúgio, acolhendo 108 palestinos/as provenientes do campo de refugiados de Rweished, na Jordânia, por intermédio do programa de reassentamento solidário brasileiro. O estado do Rio Grande do Sul acolheu 52 pessoas, enquanto o estado de São Paulo, 56⁸. Segundo Barreto⁹, a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados foi formalmente adotada em 1951. Entretanto, o Brasil aderiu a ela somente em 1960, e muitos/as palestinos/as haviam chegado aqui antes mesmo dessa data. A Convenção¹⁰, em seu 1º artigo, define refugiado como:

Toda pessoa que, como resultado de acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e devido a fundados temores de ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, por pertencer a determinado grupo social e por suas opiniões políticas, se encontre fora do país de sua nacionalidade e não possa ou, por causa dos ditos temores, não queira recorrer à proteção de tal país; ou que, carecendo de nacionalidade e estando, em consequência de tais acontecimentos, fora do país onde tivera sua residência habitual, não possa ou por temor fundado não queira regressar a ele.

Nessa trajetória, o povo brasileiro é conhecido por sua generosidade e hospitalidade e historicamente assumiu compromissos de respeito à dignidade humana para com os membros da comunidade palestina, transformado, assim, as dores e sofrimentos advindos do refúgio em atitudes concretas de solidariedade, mesmo diante dos desafios ocasionados pelas fragilidades institucionais e pelos obstáculos advindos dessa situação.

METODOLOGIA

Para alcançarmos o objetivo de nosso trabalho, que consistiu em dar visibilidade e voz a exemplos de superação e de protagonismo feminino árabe-palestino em situações de refúgio, a metodologia utilizada para a coleta de informações consistiu em pesquisa bibliográfica e entrevista semiestruturada, cujo roteiro encontra-se disponível no Apêndice 1, de modo que nossas fontes foram de cunho acadêmico e de história oral. Consoante Fonseca¹¹, a pesquisa bibliográfica é feita

a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica permite ao/à pesquisador/a conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

Segundo Gerhardt e Silveira¹², a entrevista consiste em uma técnica para se coletar dados não documentados sobre determinado tema. É uma técnica de interação social, um modo de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca obter dados, e a outra se apresenta como fonte de informação. Por sua vez, a entrevista semiestruturada que aplicamos, consiste em um conjunto de perguntas (roteiro) construído pelas autoras sobre o assunto em questão, que permite ao/à entrevistado/a falar livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal.

Nesse sentido, as entrevistas tiveram caráter qualitativo e questões abertas, de modo a ampliar a compreensão dos relatos de experiências das entrevistadas. Além do mais, cada fonte – a bibliográfica e a oral – será considerada como elemento integrante de um contexto mais amplo, de modo a fornecer informações complementares.

DISCUSSÃO DOS DADOS

Através dos relatos apresentados nas entrevistas (apêndices 2 e 3), constatamos que significativos elementos impulsionadores do trabalho desenvolvido com refugiados/as são os sentimentos de empatia e solidariedade para com o/a outro/a que vivencia atualmente as mesmas situações já vividas pelas protagonistas, como nas palavras de Faysa: “Ter vivido e sentido ‘na pele’ a vivência de um/a refugiado/a é minha grande motivação, é o que me dá força e coragem para me dedicar ao trabalho que faço”.

Portanto, o fato de já terem enfrentado em suas experiências pessoais as mesmas dificuldades que hoje os/as refugiados/as enfrentam, motiva essas mulheres a dedicarem-se a essas pessoas, apresentando caminhos, oferecendo orientações, auxiliando em questões formais e burocráticas para uma vida digna em país desconhecido, diferente e distante de suas origens.

Observamos, também, que enquanto o foco da Faysa está voltado para necessidades relativas a idioma, informações e acolhimento, o trabalho da Maysar, que também atua nessas questões, já se deu no âmbito do enfrentamento judicial a situações de preconceito e xenofobia e atualmente está voltado para questões de saúde, a bucal especificamente, e atendimento de necessidades materiais básicas, como roupas e alimentos, através de entidades católicas e da ajuda de voluntários/as. Em relação aos desafios e obstáculos encontrados para o desenvolvimento desse trabalho, as entrevistadas argumentam que estes são muitos, considerando o atual contexto econômico e político do país, segundo Faysa, e a omissão do poder público, segundo Maysar.

A respeito do tipo de apoio encontrado para o trabalho, ambas entrevistas apontam a sociedade civil, entidades, pessoas da comunidade local, familiares e próprios/as refugiados/as como os/as principais apoiadores/as e mantenedores/as dos projetos. Constatamos, assim, que a atuação estatal e governamental atual encontra-se praticamente nula em benefício dessas ações e que estas apenas se mantem devido à colaboração de pessoas e entidades civis em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos do presente artigo foi dar visibilidade e voz a mulheres árabes de origem palestina que vivenciaram a situação de refúgio e atualmente auxiliam pessoas refugiadas no Brasil, haja vista esse tipo de conteúdo ser pouco discutido e divulgado nos meios científicos em especial, e a situação de refúgio ser predominantemente apresentada enquanto estado de vulnerabilidade e fragilidade.

Sendo assim, optamos por mostrar um outro lado dessa história, no sentido de expor os frutos saudáveis e positivos que se pode extrair desse processo em se tratando de resiliência e potência de vida. O que, por sua vez, explana que a situação de refúgio não é um estado estático, e sim dinâmico, que possibilita a agência de indivíduos e sua capacidade de superação e (re)invenção.

Portanto, vemos que os recomeços e desafios foram constantes em suas vidas pessoais e atualmente continuam no trabalho que desenvolvem. Mesmo assim, a despeito das dificuldades, permanecem mobilizadas em suas ações, visando dignidade às vidas que aqui aportam.

REFERÊNCIAS

1. Sarlet IW. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. 5º ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado; 2007.
2. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Deslocamento global supera 70 milhões; 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/06/19/deslocamento-global-supera-70-milhoes/>
3. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Número de pessoas deslocadas chega a 68,5 milhões em 2017; 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acnur-numero-de-pessoas-deslocadas-chega-a-685-milhoes-em-2017/>
4. Fortunato EM. Integração de refugiados no Brasil: a construção de políticas públicas e a visão dos refugiados sírios. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo; 2019. 218 f.

5. Brasil. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília; 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm
6. Carneiro CS. Migrações internacionais e precarização do trabalho: o contexto global, os acordos de residência do Mercosul e os imigrantes sul-americanos no Brasil. *Argumenta Journal Law, Jacarezinho*. 2017;26:337-74.
7. Oliveira, LG. A diáspora palestina no Brasil – A FEPAL: Trajetórias, reivindicações e desdobramentos (2000 - 2012). Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, São Paulo; 2017. Disponível em: www.teses.usp.br/.../2017_LucianaGarciaDeOliveira_VCorr.pdf.
8. Rodrigues, VM. 1977 - Reassentamento e Integração Local: as limitações institucionais e de políticas em relação aos refugiados palestinos em São Paulo. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo; 2015. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/3638/1/Viviane%20Mozine%20Rodrigue.pdf>
9. Barreto, LPTF (Org.) Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça; 2010.
10. Organização das Nações Unidas (ONU). Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados; 1951. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/>
11. Fonseca JJS. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC; 2002.
12. Gerhardt TE, Silveira DT (Orgs.) Métodos de pesquisa. Porto Alegre: URGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Como surgiu a ideia de trabalhar com a população de refugiados/as?
2. O que te mobilizou para desenvolver este tipo de trabalho?
3. Existe alguma relação entre o trabalho que você realiza e sua história pessoal? Se sim, qual a relação?
4. Que tipo de desafios e obstáculos encontra neste trabalho?
5. Que tipo de apoio encontra neste trabalho? De instituições, de comunidades, de familiares, de conhecidos, de voluntários?

APÊNDICE 2 – ENTREVISTA CONCEDIDA POR FAYSA DAOUD

Faysa Daoud – jordaniana naturalizada brasileira, presidenta da Ong Refúgio Brasil. Faysa Daoud é descendente de pai e mãe palestinos, refugiados de 1948, que viveram na Jordânia onde Faysa nasceu. Em 1977, ela chega ao Brasil e em 1992, se naturaliza brasileira. Atualmente, possui as duas nacionalidades, além de ser cidadã mogiana após homenagem da prefeitura de Mogi das Cruzes a sua pessoa pelo trabalho desenvolvido com refugiados/as na cidade.

1. Como surgiu a ideia de trabalhar com a população de refugiados/as?

A ideia de trabalhar com refugiados/as surgiu em 2007 para atender à primeira leva de refugiados/as que chegou ao Brasil devido à Guerra no Iraque e que se encontravam nos campos de refugiados/as deste país há 5 anos, especificamente na região de um vale na fronteira entre Jordânia e Iraque. A maioria dos/as refugiados/as tinham origem palestina e devido ao impedimento de permanecerem na Jordânia foram deslocados ao Iraque. Durante os dois primeiros no Brasil, eles encontravam-se sob proteção da ONU, mas este tempo não foi suficiente para que os/as mesmos/as se integrassem à sociedade brasileira, providenciassem documentos e resolvessem questões legais, sendo assim, a Ong. Refúgio Brasil surgiu com o objetivo de atender às necessidades desta população.

2. O que te mobilizou para desenvolver este tipo de trabalho?

O que mobilizou o nosso trabalho foram as diversas dificuldades e necessidades que os/as refugiados/as enfrentavam no Brasil relacionadas sobretudo a idioma, informações, acolhimento.

3. Existe alguma relação entre o trabalho que você realiza e sua história pessoal? Se sim, qual a relação?

Minha história pessoal tem total relação com meu trabalho, pois sou descendente de pai e mãe refugiados, e vivenciei a Guerra dos 6 dias (1967), aos 7 anos de idade, assim como o Setembro Negro (1970-1971), aos meus 10 anos, e Guerra do Yom Kippur (1973), das quais recordo muito bem, embora fosse criança, jovem na época. Esta última foi o desfecho para o empobrecimento do país, que ficou mais prejudicado economicamente, gerando mais pobreza, miséria e refúgios. Mas a que mais me marcou foi o Setembro Negro, pois meu pai pertencia ao exército jordaniano enquanto meu irmão era guerrilheiro pela OLP, ou seja, uma luta entre pai e filho. Era uma vida de sacrifícios e dificuldades, entrecortada por guerras e recomeços constantes. Ter vivido e sentido “na pele” a vivência de um/a refugiado/a é minha grande motivação, é o que me dá força e coragem para me dedicar ao trabalho que faço.

4. Que tipo de desafios e obstáculos encontra neste trabalho?

Para desenvolver este trabalho nos deparamos com todas dificuldades e obstáculos imagináveis. Vim para o Brasil com meu marido após me casar e o considero também meu país, país que me acolheu, que me deu oportunidades e onde tive a chance de recomeçar, embora, a gente continue lutando pelo direito de retorno a nossa pátria de origem. Mesmo assim, o Brasil atualmente encontra

muitas dificuldades em relação a emprego, moradia, a economia do país está instável, então, para desenvolver este trabalho o desafio é grande. O país já está difícil para os/as refugiados/as que se encontram no Brasil há muitos anos, então, imagine para quem está recomeçando, principalmente os/as refugiados/as mais recentes para os quais até conseguirmos assegurá-los questões básicas, para em seguida “caminharemos com os próprios pés” há muitas dificuldades e desafios. Mas vamos seguindo, buscando parcerias, voluntários/as, pessoas que apoiem a gente, sempre correndo atrás.

5. Que tipo de apoio encontra neste trabalho? De instituições, de comunidades, de familiares, de conhecidos, de voluntários?

O tipo de apoio que encontramos por enquanto é de pessoas particulares, familiares, conhecidos/as, voluntários/as, de próprios/as refugiados/as que dão aulas de idiomas, e de parcerias com algumas empresas que proporcionam a entrada no mercado de trabalho de forma digna, com carteira assinada etc., ou seja, com os mesmos direitos de um/a cidadão/a brasileiro/a, de forma que possam trabalhar em condições legais e com bem-estar, sentindo-se assim, um sujeito de direitos.

APÊNDICE 3 – ENTREVISTA CONCEDIDA POR MAYSAR HASSAN ALI EL HAYA

Maysar Hassan Ali El Haya

Presidenta das Mulheres Palestinas em ação de Rio Grande do Sul (RS)

Coordenadora do Fórum Permanente da Mobilidade Humana de Porto Alegre

1. Como surgiu a ideia de trabalhar com a população de refugiados/as?

Eu sempre fui uma militante Palestina, desde muitos anos, desde que eu me entendo por gente, por que eu nasci em 1960 na Palestina e fui refugiada em 1967. Meu pai chegou ao Brasil pela primeira vez em 1955, para tentar a vida, fazer dinheiro e voltar. Mas com a guerra de 1967, ele resolveu voltar com toda a família para o Brasil e assim, desde criança, eu vejo esta dificuldade para a gente se estabelecer num país que não é nosso, em relação à língua, o preconceito e até mesmo medo. Então, eu fui crescendo vendo aquilo ali, e hoje em dia eu trabalho com refugiados justamente por eu sentir a necessidade que meu pai sentiu na época também, que é a dificuldade da língua, a dificuldade de estar em um país com uma cultura completamente diferente da dele. Em 2015, através de meu trabalho, o deputado Nelsinho Metalúrgico me convidou para assessorá-lo em uma frente parlamentar de apoio a imigrantes e refugiados, que deu uma visibilidade bem grande aos imigrantes e refugiados. Eu trabalhei de 2015 a 2018, período do mandato dele e o nosso trabalho dava bastante visibilidade aos refugiados na necessidade deles se protegerem. A gente era acionada por denúncias de preconceito, xenofobia, e a gente ia até lá e colaborava com essas pessoas para poderem chegar até o Ministério Público. Fizemos várias denúncias de maus tratos a refugiados e nesse tempo acabei fazendo parte do Fórum Permanente de Mobilidade Humana, onde hoje eu sou uma das coordenadoras e desenvolvo um trabalho voluntário. Eu me sinto um pouco “deslocada” com o apoio de governo, hoje em dia, por que eu não faço mais parte da frente parlamentar justamente por que o deputado Nelsinho não faz mais parte da assembleia. Como eu costumo dizer, “eu saí da frente parlamentar, mas os refugiados não saíram de mim”. Então, eu me tornei um ponto de referência para eles, eles me procuram, trabalho com senegaleses, haitianos, sírios, com várias etnias que vem nos procurar, ali na Igreja da Pompeia. A Igreja da Pompeia faz praticamente todos os trabalhos que a Faysa relatou: documentação dos imigrantes, encaminhamentos para trabalho, para emprego, inclusive eu fiz muitos encaminhamentos para haitianos e senegaleses, através até de nossa comunidade palestina que ajudou muito na parte de emprega-los nas próprias lojas, obviamente, eles têm dificuldades de fala, mas acabam trabalhando cuidando a frente da loja, o que de toda forma é um trabalho mais digno. Então, eu consegui colocar vários senegaleses e haitianos nesse trabalho. Em todo esse tempo de trabalho para conseguir com que as pessoas tivessem uma vida mais digna, eu comecei a ter algumas ideias, acabei procurando várias amigas, mulheres palestinas e elas acabam me apoiando com recursos para as necessidades deles, alimentos, que nós entregamos na Igreja da Pompeia e lá são distribuídos. Nós fazemos dois movimentos por ano em que arrecadamos todos os tipos de alimentos e entregamos na igreja que os distribui a todos/as que procuram este local. Vejo que este é um local muito procurado pelos refugiados e nada mais adequado do que a gente dar a nossa contribuição como palestinos

junto a esse trabalho, porque essa igreja recebe pessoas de várias etnias, de várias religiões, não tem escolha de cor, de povo, de nada. É muito legal o trabalho deles e acabei me juntando a eles como voluntária e continuo trabalhando até hoje e, inclusive agora, eu ofereci meu trabalho como dentista para fazer higiene bucal nas crianças refugiadas, já fiz o meu primeiro trabalho e agora fui convidada a fazê-lo em outras entidades, em várias igrejas ou lugares em que se encontram esses refugiados para dar continuidade a esse projeto.

2. O que te mobilizou para desenvolver este tipo de trabalho?

O que me mobiliza como eu já até respondi na primeira pergunta é justamente o sentimento de nós, povo palestino e meu sentimento de que passei a Guerra de 67 lá, eu tinha sete para oito anos, é uma coisa que não sai da cabeça, não sai da mente, é se colocar no lugar do outro. É óbvio que quando eu vim para o Brasil eu não tinha essa dificuldade tão grande como atualmente todos esses refugiados estão tendo. Porque quando eu vim ao Brasil meu pai já estava estabilizado em relação a todas as dificuldades que ele teve, mas eu senti como ele tinha essa dificuldade de se relacionar, não que o povo brasileiro não o recebesse bem, ele foi muito bem recebido, inclusive, naquela época a gente não tinha tanto preconceito, tanta xenofobia, tantos maus-tratos a essas pessoas que têm essa mobilidade. Por isso que eu resolvi trabalhar, por isso que eu fortifiquei meu trabalho em nome das mulheres palestinas, como militante palestina, até mesmo porque nosso povo é um povo refugiado, um povo que não tem direito ao retorno, então, a gente, eu me coloco no lugar dessas pessoas também.

3. Existe alguma relação entre o trabalho que você realiza e sua história pessoal? Se sim, qual a relação?

4. Que tipo de desafios e obstáculos encontra neste trabalho?

Existe, sim. Existem muitos desafios, existem muitos obstáculos, inclusive, eu acabo me envolvendo emocionalmente com várias questões, onde você luta com o poder público, e tu nunca tem resposta, aí tu acaba (sic) vendo que é a sociedade civil que abraça essas pessoas. Já fiz várias audiências públicas, já “constatamos” na assembleia legislativa, já fizemos na câmara dos vereadores, assembleias públicas, pedidos de socorro, onde a gente quer que o governo ofereça a essas pessoas um lugar de acolhimento. A gente está tendo esta dificuldade, está muito difícil e realmente o poder público não nos ajuda nisso. Então, esses são obstáculos muito grandes de serem vencidos. No Fórum Permanente da Mobilidade Humana esse é o objetivo, lutar para buscar esses recursos para poder ter essa casa de acolhimento aqui no Rio Grande do Sul porque estamos recebendo vários, inúmeros refugiados de todos os lugares, isso se torna muito difícil. Como nós não temos esse apoio do poder público, a sociedade civil e as entidades são quem acabam acolhendo essas pessoas. Mas no meu pensamento, eu não vou desistir, a gente não vai desistir de lutar para essas pessoas terem uma vida mais digna porque ninguém sai da sua casa porque quer, todo mundo sai por algum motivo, uma perseguição política, uma perseguição religiosa, catástrofes ambientais, fome, guerras, então, ninguém sai do seu país porque quer, então, eles merecem ser bem recebidos

pela população e pelo governo, este tem que responder, tem que acolher essas pessoas. Essas são realmente as dificuldades que a gente encontra. Já fizemos vários seminários também, inclusive, vai ter um seminário do Fórum no final deste ano, onde a gente vai convidar o poder público para participar e a gente relatar. Nós não vamos cansar de relatar tudo o que precisamos para essas pessoas!

5. Que tipo de apoio encontra neste trabalho? De instituições, de comunidades, de familiares, de conhecidos, de voluntários?

O apoio que eu tinha da Frente Parlamentar que me dava mais voz para correr atrás, para denunciar, para muita coisa, hoje em dia eu não tenho mais. E as minhas amigas, meus familiares, meus amigos, em especial a miga Erkia Baja, que sem desmerecer as outras é a que mais me apoia em meus projetos, e as mulheres palestinas através de What's eu peço socorro a elas, peço roupa, peço alimento, e eu mesma (risos), eu que vou atrás de tudo, e sempre coloco obviamente o nome do nosso povo, da Palestina, da nossa luta. Faço palestras, onde me convidam em faculdades, entidades, qualquer lugar eu levo o nome do meu povo, do povo palestino e da nossa resistência e jamais vamos desistir dessa luta por uma Palestina Livre e Soberana. Então, eu busco isso por mim mesma, pelos amigos e pela família.

Artigo apresentado em junho de 2020

Artigo aprovado em agosto de 2020

Artigo publicado em maio de 2021